PROJETO DE LEI Nº 2.694, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022.

Altera o *caput* do art. 4º e acrescenta-lhe os parágrafos primeiro e segundo, da Lei Municipal nº 2.612, de 17 de maio de 2022.

Art. 1º. Altera o *caput* do art. 4º e acrescenta-lhe os parágrafos primeiro e segundo, da Lei Municipal nº 2.612, de 17 de maio de 2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar pessoal, por necessidade temporária de excepcional interesse público, na função de Monitor(a) de Educação Infantil, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Os contratos temporários emergenciais, de natureza administrativa, terão a duração de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogados, por no máximo igual período, no interesse público.

Parágrafo primeiro. Mediante acordo entre Município e contratados, os contratos administrativos poderão ser suspensos, durante períodos de férias e/ou recessos da Escola.

Parágrafo segundo. Nos prazos de suspensão dos contratos, não haverá contraprestação dos serviços, por parte dos contratados, e remuneração pecuniária, por parte do Município, com efeitos nas férias e gratificação natalina, de acordo com o tempo de suspensão, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.182/2006 e suas alterações." (NR)

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 5 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0046.2521 – MANUTENÇÃO DE CRECHES
3.3.1.90.11.00.000000 – VENCIMENTO E VANTAGENS FIXAS – PC

ÓRGÃO: 5 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0046.2521 – MANUTENÇÃO DE CRECHES
3.3.1.90.16.00.000000 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL

ÓRGÃO: 5 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0047.2501 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.3.3.90.48.00.000000 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 5 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.272.0031.2302 – ASSISTÊNCIA A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR
3.3.1.90.13.00.000000 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

JEFFERSON SCHUSTER BORN,
Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 2.694, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos Projeto de Lei, tendo como objeto a alteração parcial da Lei Municipal nº 2.612, de 17 de maio de 2022, que autorizou a contratação temporária de Monitores de Educação Infantil.

No seu art. 4º, a Lei prevê a duração dos contratos em até 199 dias. Dessa forma, as contratações perdurariam até 16 de dezembro de 2022.

O Projeto aumenta esse prazo, em até 365 dias, com possibilidade de prorrogação, por no máximo igual período.

Além da alteração do prazo de contratação, propomos a inclusão dos parágrafos primeiro e segundo ao art. 4º, de forma a possibilitar a **suspensão** do prazo dos contratos, nos períodos de férias e recesso das Escolas, tudo mediante acordo entre contratados e Município, através de Termos Aditivos aos contratos.

Em outros termos, os atuais contratos em curso, em havendo acordo entre as partes, poderão ser aditados, para alteração do prazo e da possibilidade de suspensão da contraprestação dos serviços, durante as férias e recesso da Escola. Ou seja, os contratos não seriam mais rescindidos no final do presente ano letivo, ficando suspensos por um determinado período e, na sequência, com sua retomada, prosseguindo-se até o final do ano letivo de 2023.

A proposta atende, prioritariamente, ao interesse público. A um, por beneficiar as turmas de alunos que vêm sendo atendidas pelos atuais contratados e, a dois, para evitarmos a substituição dos profissionais, situação que

ocasionaria prejuízos substanciais aos educandos, notadamente devido às faixas etárias das turmas.

Feitas tais considerações, temos a mencionar, por fim, que o objeto do Projeto impõe o impacto orçamentário-financeiro, conforme anexo.

Ante o exposto, pedimos a aprovação do Projeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

JEFFERSON SCHUSTER BORN,
Prefeito Municipal.